



**MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal nº 14.133/2021, no art. 74, inciso III, alínea c.

**REQUISITANTE(S): SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

**OBJETO:** Contratação de empresa com notória especialização na prestação de serviços técnicos profissionais especializados relativos à assessoria jurídica e atuação extrajudicial e contenciosa ao município de Capanema, contemplando a defesa em demanda administrativa e/ou judiciais de direito administrativo, regulatório ou civil, perante a concessionária de iluminação pública e respectiva agência reguladora.

**CONVOCAÇÃO**

Em cumprimento ao procedimento administrativo e disposições referentes à INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, **CONVOCO** a empresa **RODRIGO DA COSTA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, CNPJ: 29.494.581/0001-47, para apresentar documentação conforme listagem abaixo discriminada, no horário das 08h00min às 18h00min, até a data de 13/08/2025, no prédio onde funciona a sede da Prefeitura Municipal de Capanema, sito à Tv. Djalma Dutra, Nº 53, Cidade de Capanema/PA, Cep: 68700-030 ou através do e-mail: [capanemacpl@gmail.com](mailto:capanemacpl@gmail.com)

**1- Documento de Habilitação Jurídica**

- Documento de Constituição: Contrato Social e suas Alterações, em se tratando de sociedade comerciais, certificado do MEI, Requerimento de empresário, em se tratando de Empresa Individual;
- Identidade Profissional dos sócios ou do empresário individual (CRC).

**2- Documento de Regularidade Fiscal e Trabalhista**

- Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ-MF);
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, ou municipal, relativo à sede da licitante pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto desta licitação;
- **Prova de regularidade por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, regularidade à Seguridade Social ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN);**
- **Prova de regularidade por meio da Certidão Negativa de Tributos Estaduais ou Certidão Positiva com efeito negativo expedida pela Fazenda Estadual, da sede da licitante ou Certidão de Não Contribuinte, se houver inscrição;**
- **Prova de regularidade por meio da Certidão Negativa de Tributos Municipais ou Certidão Positiva com efeito negativo, expedida pela Fazenda Municipal, da sede da licitante ou Certidão de Não Contribuinte;**
- **Prova de regularidade por meio da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, nos termos do Título VII-A, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943 (Lei nº.12.440, de 07 de junho de 2011);**
- **Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;**



**3- Documento de Qualificação Econômico-Financeira**

- Balanço patrimonial e demonstrações contábeis (DRE) dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, (se houver);
- Certidão Negativa de Falência, Recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor judicial da sede do licitante ou de execução patrimonial, datada dos últimos 90 (noventa) dias ou que esteja dentro do prazo de validade exposto na própria certidão.

**4- Qualificação Técnica**

- Prova de qualificação técnica, mediante apresentação de comprovante de aptidão (declaração ou atestado de capacidade técnica) pertinente e compatível com o objeto, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

Capanema-PA, 07 de Agosto de 2025

**HELENA CLAUDIA PINHEIRO SILVA**  
SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE FINANÇAS  
Decreto nº 004/2025



## JUNTADA DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

### MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

**OBJETO:** Contratação de empresa com notória especialização na prestação de serviços técnicos profissionais especializados relativos à assessoria jurídica e atuação extrajudicial e contenciosa ao município de Capanema, contemplando a defesa em demanda administrativa e/ou judiciais de direito administrativo, regulatório ou civil, perante a concessionária de iluminação pública e respectiva agência reguladora.

Junto aos autos do processo os documentos de habilitação apresentados pela empresa  
**RODRIGO DA COSTA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA CNPJ**  
**29.494.581/0001-47**

Capanema-PA, 07 de Agosto de 2025

**HELENA CLAUDIA PINHEIRO SILVA**  
SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE FINANÇAS  
Decreto nº 004/2025



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**

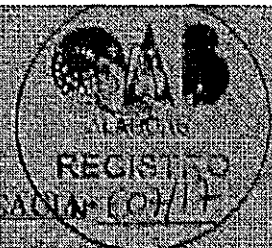
<b>NÚMERO DE INSCRIÇÃO</b> 29.494.581/0001-47 <b>MATRIZ</b>	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	<b>DATA DE ABERTURA</b> 25/11/2017
<b>NOME EMPRESARIAL</b> RODRIGO DA COSTA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA		
<b>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</b> *****		<b>PORTE</b> DEMAIS
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL</b> 69.11-7-01 - Serviços advocatícios		
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</b> Não informada		
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA</b> 232-1 - Sociedade Unipessoal de Advocacia		
<b>LOGRADOURO</b> AV DOM ANTONIO BRANDAO	<b>NÚMERO</b> 333	<b>COMPLEMENTO</b> SALA 212
<b>CEP</b> 57.051-190	<b>BAIRRO/DISTRITO</b> FAROL	<b>MUNICÍPIO</b> MACEIO
<b>UF</b> AL		
<b>ENDEREÇO ELETRÔNICO</b> RODRIGODACOSTABARBOSA@GMAIL.COM		<b>TELEFONE</b> (82) 9819-0646
<b>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)</b> *****		
<b>SITUAÇÃO CADASTRAL</b> ATIVA		<b>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</b> 25/11/2017
<b>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		
<b>SITUAÇÃO ESPECIAL</b> *****		<b>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</b> *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 28/07/2025 às 15:45:48 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





## ATO CONSTITUTIVO DE SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

**RODRIGO DA COSTA BARBOSA**, brasileiro, advogado, casado em comunhão parcial de bens, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Estado de Alagoas, sob o nº 5.007 e no CFP sob o nº 949.054/274-72, residente e domiciliado na Avenida Dom Antônio Brandão, nº 333, Condomínio Grand Parque Farol, Apartamento 2003, Bloco B, Barro do Farol, CEP 57051-190, na cidade de Maceió - Estado de Alagoas, resolve constituir sociedade individual de advocacia, que se regerá pela Lei nº 8.906/94, pelo Provimento 170/2016 do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e pelos seguintes termos e condições:

### **1. CLÁUSULA PRIMEIRA - RAZÃO SOCIAL**

1.1. A Sociedade utilizará a razão social **'Rodrigo da Costa Sociedade Individual de Advocacia'**.

### **2. CLÁUSULA SEGUNDA - SEDE**

2.1. A Sociedade tem sede na cidade de Maceió/AL, na Av. Dom Antônio Brandão, Nº 333, Sala 212, Ed. Maceió West Center, Farol, CEP: 57051-190.

2.2. Poderão ser alteradas filiais, respeitadas as normas vigentes.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA - OBJETO**

3.1. A Sociedade tem por objeto o exercício da advocacia, sendo vedada a consecução de qualquer outra atividade cumulativamente ao exercício da advocacia.

### **4. CLÁUSULA QUARTA - PRAZO**

4.1. O prazo de duração da Sociedade é por tempo indeterminado.

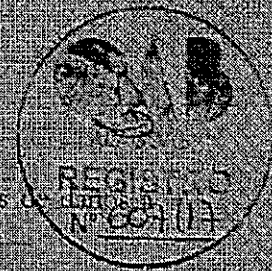
### **5. CLÁUSULA QUINTA - CAPITAL SOCIAL**

5.1. O capital social da Sociedade é substancial e integralizado em moeda corrente, de R\$ 93.700,00 (noventa e três mil e setecentos reais), dividido em 937 (novecentas e trinta e sete) quotas, com valor nominal de R\$ 100,00 (cem reais) cada.

### **6. CLÁUSULA SEXTA - RESPONSABILIDADE DO CONSTITUINTE E DO SOCIÁRIO**

6.1. O constituinte e o sócio respondem solidariamente e ilimitadamente pelos danos causados a terceiros em virtude de atos praticados no exercício da advocacia, desde que não haja culpa exclusiva do terceiro.





6.2. Com relação à responsabilidade do constituinte pelas obrigações não oriundas de danos a clientes, aplica-se o regime do artigo 1.023 do Código Civil.

6.3. As procurações outorgadas pelos clientes à Sociedade nomeiam o constituinte, devendo conter, nos respectivos instrumentos de mandato, o número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA – ADMINISTRAÇÃO

7.1. Cabe ao constituinte a administração dos negócios sociais.

7.2. É absolutamente vedado, sendo nulo e ineficaz em relação à Sociedade, o uso da razão social para fins e objetivos estranhos às atividades e interesses sociais, inclusive prestação de avulsos, fianças e outros atos gratuitos, mesmo que em benefício do próprio constituinte.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – RESULTADOS PATRIMONIAIS

8.1. O exercício social responde ao ano civil. Ao final de cada exercício, levantar-se-á o balanço patrimonial da Sociedade e se apurar os resultados.

## 9. CLÁUSULA NONA – DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

9.1. O constituinte declara, sob as penas da lei, que não está sujeito a qualquer hipótese de incompatibilidade ou impedimento para exercer a advocacia ou participar desta sociedade. Declara, ainda, que não participa de nenhuma outra sociedade de advogados inscrita nesta seccional e que não está incurso em nenhuma penalidade que o impeça de participar desta Sociedade.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – FORO CONTRATUAL

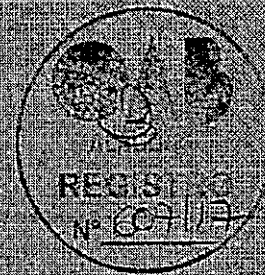
10.1. Fica eleito o foro da Comarca de Maceió, Estado de Alagoas, para dirimir as questões oriundas da presente constituição, não se admitindo a eleição de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Feito em Maceió, 26 de dezembro de 2012.

*[Assinatura]*  
\_\_\_\_\_  
RICARDO A. SOUSA CARDOSA

Testemunha: *[Assinatura]*  
\_\_\_\_\_  
Testemunha: *[Assinatura]*  
\_\_\_\_\_  
Testemunha: *[Assinatura]*  
\_\_\_\_\_





O presente Contrato de Registro de Sociedade Unipessoal de Advocacia, denominada "**RODRIGO DA COSTA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**", foi aprovado pela 2ª Câmara desta Seccional em 25 de novembro de 2017 e registrado sob o n.º RE-607/17.

Maceió, 28 de novembro de 2017

Assinatura eletrônica  
**DAVI ANTONIO LIMA ROCHA**  
SECRETÁRIO GERAL DA OAB/AL



**ESTADO DE ALAGOAS**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS**

NÚMERO DA CERTIDÃO: 0.498.037/25-89

**Contribuinte**

RODRIGO DA COSTA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE  
ADVOCACIA

**CPF/CNPJ**

29.494.581/0001-47

**Endereço**

AVENIDA DOM ANTONIO BRANDAO, 333 - SALA 212 , BAIRRO FAROL, MACEIO/AL - CEP: 57.051-190

Certificamos, com fundamento nas informações constantes em nosso Sistema de Cadastro e Controle de Arrecadação, e ressalvado o direito de a Fazenda Municipal de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, com referência ao presente instrumento, que em relação ao **CONTRIBUINTE**, acima identificado inexistente débito impeditivo a expedição desta certidão.

MACEIÓ (MCZ), 13 de Junho de 2025

Válida até: 11/09/2025

Código de autenticidade: 2CEF116A8B9C6348

A autenticidade desta certidão DEVE ser confirmada na pagina da Secretaria de Economia,  
no endereço: <http://www.maceio.al.gov.br/semec/>.

**Verifique atentamente as informações descritas nesta certidão**





ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL DE ALAGOAS  
AVENIDA GENERAL LUIZ DE FRANÇA ALBUQUERQUE N.º 7100 JACARECICA  
CEP 57038-640 – MACEIÓ – ALAGOAS  
TEL.: (82) 3023-7200 [OABAL@OAB-AL.ORG.BR](mailto:OABAL@OAB-AL.ORG.BR)

SECRETARIA-GERAL

CERTIDÃO n.º 549/2025

CERTIFICO para os fins que se fizerem necessários e por ter sido requerido, que revendo os arquivos desta Secretaria, constatei registrada nesta Seccional a sociedade de advogados denominada RODRIGO DA COSTA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA sob n.º 607/17, desde 25 de novembro de 2017, tendo como sócio advogado Rodrigo da Costa Barbosa OAB/AL 5.997, estando com a situação devidamente regular para a prestação de serviços advocatícios. (validade 60 dias). Eu, Clara Maria Batista dos Santos, Chefe de Secretaria da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Alagoas, digitei a presente que vai devidamente assinada pelo Secretário-Geral. Maceió, vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco.

Assinatura eletrônica  
HENRIQUE CORREIA VASCONCELLOS  
Secretário-Geral





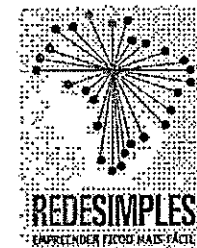
Documento(s) assinado(s) eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, mediante o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, *caput*, do Decreto nº 8539, de 8 de outubro de 2015.

ID#12084986

Certidão de sociedade de advogados - pags. 1-1



Documento assinado eletronicamente por **HENRIQUE CORREIA VASCONCELLOS**, em 29/07/2025, às 09:50. A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://validador.oab.org.br>, informando o código **1208-4986-21**.



Prefeitura de Maceió  
Secretaria Municipal de Economia



# CARTÃO DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL

INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 0901432806 - SITUAÇÃO: Ativa

CPF/CNPJ

29.494.581/0001-47

NÚMERO DE REGISTRO

AL

DATA DE ABERTURA

25/11/2017

RAZÃO SOCIAL

RODRIGO DA COSTA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE  
ADVOCACIA

RESPONSÁVEL LEGAL

RODRIGO DA COSTA BARBOSA

CPF/CNPJ

940.054.274-72

LOCALIZAÇÃO

Avenida DOM ANTONIO BRANDAO 333 SALA 212  
MACEIO  
57051-190

CNAE(S) / DESCRIÇÃO

6911701 SERVICOS ADVOCATICIOS

NOTAS

Este cartão é válido somente para a localização e atividade(s) acima descrita(s). O presente deve ser afixado em local visível e acessível à fiscalização.

Emitido em: 28/07/2025





**Estado de Alagoas**  
**Secretaria de Estado da Fazenda**  
**Superintendência da Receita Estadual**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE TRIBUTOS ESTADUAIS**

Certidão fornecida para o CNPJ: 29.494.581/0001-47

Nome/Contribuinte: RODRIGO DA COSTA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir, até a presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado.

Obs: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos do contribuinte e refere-se a débitos de natureza tributária e descumprimento de obrigações acessórias.

Certidão emitida gratuitamente com base na Instrução Normativa SEF nº. 27 de 15 de maio de 2017.

Certidão emitida nos termos do art. 78 da Lei nº 6.771/06 e do art. 255 do Decreto nº 25.370/13.

Válida até 25/09/2025

Emitida às 12:54:02 do dia 27/07/2025

Código de controle da certidão: 2101-C9DB-246A-41BA



A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Executiva da Receita Estadual na internet, no endereço: [www.sefaz.al.gov.br](http://www.sefaz.al.gov.br).



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: RODRIGO DA COSTA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**  
**CNPJ: 29.494.581/0001-47**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 18:06:56 do dia 06/05/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 02/11/2025.

Código de controle da certidão: **397C.12EB.BA15.CBEB**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**Poder Judiciário Federal**

Expansão do Creta - Núcleo

**Código de verificação:** 57.073.281.817**CERTIDÃO ELETRÔNICA DE AÇÕES TRABALHISTAS**

Certifica-se, conforme pesquisa no Sistema de Processo Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe) no Expansão do Creta - Núcleo, que até a presente data **NÃO CONSTAM** ações trabalhistas neste Tribunal Regional, em tramitação ou arquivadas provisoriamente, ajuizadas em face da pessoa jurídica, de direito público ou privado, identificada pelos dados fornecidos pelo solicitante e de sua inteira responsabilidade.

**Raiz do CNPJ pesquisado:** 29.494.581

Certifica-se, conforme pesquisa no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), que foi emitida no Tribunal Superior do Trabalho (TST) uma certidão de débitos trabalhistas **NEGATIVA**, identificada pelo nº 43144458/2025 e pelo CNPJ 29.494.581/0001-47, cuja a íntegra está disponível em: <http://www.tst.jus.br/certidao>

**Observações:**

1. Esta certidão não contempla processos físicos, nem processos arquivados definitivamente, nem processos de classes que não estejam discriminadas a seguir.
2. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 1º grau: ação civil coletiva (ACC), ação civil pública cível (ACPCiv), ação de cumprimento (ACum), ação trabalhista - rito ordinário (ATOrd), ação trabalhista - rito sumaríssimo (ATSum), ação trabalhista - rito sumário (alçada) (ATAIc), execução de certidão de crédito judicial (ExCCJ), execução de termo de ajuste de conduta (ExTAC), execução de termo de conciliação de ccp (ExCCP), execução de título extrajudicial (ExTiEx), execução fiscal (ExFis), monitória (Monito), petição cível (PetCiv), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
3. Esta certidão contempla o polo ativo somente nas seguintes ações no 1º grau: ação civil coletiva (ACC)
4. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 2º grau: ação rescisória (AR), cautelar, inominada (Caulnom), dissídio coletivo (DC), divórcio consensual (DivCon), habeas data cível (HDCiv), mandado de segurança cível (MSCiv), suspensão de liminar ou antecipação de tutela (SLAT), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
5. Esta pesquisa foi realizada a partir da raiz do CNPJ informado pelo solicitante.
6. Para verificar a autenticidade desta certidão, acesse: <https://pje.trt19.jus.br/certidoes/>

Certidão emitida em 28/07/2025 às 16:21





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: RODRIGO DA COSTA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 29.494.581/0001-47

Certidão nº: 43142761/2025

Expedição: 28/07/2025, às 16:16:06

Validade: 24/01/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RODRIGO DA COSTA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **29.494.581/0001-47**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e, 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no, concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

[Voltar](#)[Imprimir](#)**Certificado de Regularidade  
do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 29.494.581/0001-47  
**Razão Social:** RODRIGO COSTA SOCIEDADE INDIVIDUAL ADV  
**Endereço:** AV DOM ANTONIO BRANDAO / FAROL / MACEIO / AL / 57051-190

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 21/07/2025 a 19/08/2025

**Certificação Número:** 2025072121155011085914

Informação obtida em 28/07/2025 16:22:25

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS

**CERTIDÃO ESTADUAL****FALÊNCIA, INSOLVÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E  
EXTRAJUDICIAL E CONCORDATA****CERTIDÃO Nº: 004466980****FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

Certifico que, pesquisando os registros de distribuição de feitos do Estado de Alagoas, anteriores, verifiquei NÃO CONSTAR distribuições em nome de:

**RODRIGO COSTA SOCIEDADE INDIVIDUAL ADV, residente na AV DOM ANTONIO BRANDAO, , FAROL, CEP: 57051-190, Maceió - AL, vinculado ao CNPJ: 29.494.581/0001-47 \*\*\*\*\***

Certifico ainda que a pesquisa acima refere-se a AÇÕES DE FALÊNCIA, INSOLVÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL E CONCORDATA em andamento nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado de Alagoas, com as ressalvas abaixo:

**Observações:**

- 1 - A presente certidão foi emitida de acordo com a Resolução nº. 121/2010 do CNJ;
- 2 - A presente certidão não abrange eventuais ações de FALÊNCIA em que a pessoa a respeito da qual é expedida figure no pólo ativo;
- 3 - Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ;
- 4 - Esta certidão não contempla os processos em tramitação no 2º grau de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, que deverão ser objeto de certidões específicas;
- 5 - A exatidão dos dados pessoais fornecidos para pesquisa é de inteira responsabilidade da parte interessada.
- 6 - A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas ([www.tjal.jus.br](http://www.tjal.jus.br)).

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias.

Maceió, segunda-feira, 28 de julho de 2025 às 16h25min.

**PEDIDO Nº: 0004466980**





**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**

**CERTIDÃO DE PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS**

O Ministério Público do Estado de Alagoas certifica, a pedido da parte interessada e após pesquisa pelo CPF/CNPJ informado nos registros eletrônicos referentes a procedimentos extrajudiciais em tramitação neste Órgão Ministerial, que **NADA CONSTA** contra o CPF nº:

**940.054.274-72**

Nome informado: "RODRIGO DA COSTA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA"

Observações:

1. Esta certidão foi encaminhada ao e-mail fornecido pelo solicitante, cumprindo-se inteiramente o disposto no Ato Normativo Conjunto PGJ e CGMP/AL nº 04/2023;
2. A exatidão dos dados pessoais fornecidos para pesquisa é de inteira responsabilidade da parte interessada;
3. O parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão leva em conta tão somente o CPF/CNPJ do interessado como polo passivo em procedimentos extrajudiciais;
4. **Esta certidão não contempla procedimentos sigilosos;**
5. A pesquisa abrange Procedimentos Administrativos, Notícias de Fato, Procedimentos Preparatórios, Inquéritos Cíveis e Procedimentos Investigatórios Criminais;
6. Esta certidão não contempla processos judiciais, que são de responsabilidade do Poder Judiciário;
7. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada utilizando o QR Code abaixo ou através do sítio do Ministério Público do Estado de Alagoas, informando o número da certidão e seu código de segurança;
8. Esta certidão tem validade de 30 dias.

Maceió, 01 de agosto de 2025 às 14h38min



Certidão: 4264

Código de segurança: DAB7CBA086BE3CAD6B155DB010F82CE67E8C2BD8



# CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão Negativa Correccional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **RODRIGO DA COSTA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**

CPF/CNPJ: **29.494.581/0001-47**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes ou de procedimentos acusatórios em andamento, relativos ao CPF/CNPJ consultado.

*Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.*

*Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.*

*O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.*

*O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram quaisquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).*

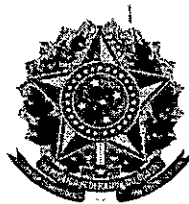
*O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.*

Certidão emitida às 16:45:21 do dia 28/07/2025 , com validade até o dia 27/08/2025.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: BWSHoEj7yDe9tfMo4CLl

*Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.*



# MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

SALA DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO

## CERTIDÃO

CERTIFICAMOS, a pedido da parte interessada e após a realização de pesquisa nos registros eletrônicos referentes a procedimentos extrajudiciais em tramitação no Ministério Público Federal, que:

**NADA CONSTA**

contra RODRIGO DA COSTA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCÁCIA (CNPJ nº 29494581000147)

### Observações:

a) O parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente o CPF/CNPJ e o correspondente nome exato do destinatário nos procedimentos investigatórios em tramitação. Não constam dados referentes a procedimentos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações.

b) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.

c) A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Sala de Atendimento ao Cidadão do MPF (<http://cidadao.mpf.mp.br/>), informando-se o número do selo digital de segurança impresso;

d) A certidão será negativa quando, ainda que haja registro referente a homônimo, não for possível a individualização dos procedimentos por carência de dados do MPF;

e) A certidão contempla apenas procedimentos preparatórios, procedimentos preparatórios eleitorais, inquéritos civis, procedimentos investigatórios criminais, incluindo-se, ainda, os mencionados procedimentos extrajudiciais específicos do Gabinete do Procurador-Geral da República.

Emitida gratuitamente pela internet em:

28/07/2025 16:41

(#Válida por 30 dias#)

Data da última atualização do banco de dados:

28/07/2025 16:41

Selo digital de segurança:

3793516B6FCDB7E3C325E62A091BE113

Sala de Atendimento ao Cidadão do MPF

Encontre a mais próxima de você: <http://cidadao.mpf.mp.br>

## INSTRUMENTO PARTICULAR DE DECLARAÇÃO

**MOTTA ADVOCACIA, CONSULTORIA, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita do CNPJ/MF sob o n.º 03.316.647/0001-15 e na OAB/AL sob o n.º RE 072/99, com sede no edifício NORCON EMPRESARIAL – situado na av. Comendador Gustavo Paiva, n.º 2789 - Sala 40 - Mangabeiras, Maceió - AL, 57037-532, nesse ato representada por seu sócio-fundador Aldemar de Miranda Motta Júnior, inscrito na OAB/AL n.º 4.458-A e no CPF/MF sob o n.º 939.345.647-04, DECLARA PARA OS FINS DE PROVA A QUE SE PRESTEM A PRESENTE DECLARAÇÃO, e visando a comprovação de atuação profissional na área jurídica consultiva, de assessoria e advocacia que o Sr. **RODRIGO DA COSTA BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/AL n.º 5.997 e no CPF/MF n.º 940.054.274-72, atuou entre os anos de 2000 a 2014 como advogado associado e posteriormente como sócio efetivo desta sociedade de advogados, em sua formação societária anterior – quando funcionava sob a denominação de Motta e Soares - Advocacia e Consultoria, com sede originária na Av. Dep. Humberto Mendes, n.º 796, sala 51, Poço, Maceió/AL, que após cisão passou a ter a denominação atual, mantendo as mesmas inscrições de pessoa jurídica. Destaca-se que entre as atividades desempenhadas pelo Sr. Rodrigo da Costa Barbosa estava a assessoria, consultoria e advocacia judicial e administrativa nos vários ramos do direito, entre eles Direito Civil, Direito Administrativo, Direito do Trabalho, Direito Público, Direito Eleitoral, especialmente na coordenação de assessoria, consultoria e advocacia a empresas privadas e entes públicos, entre os quais, e não apenas, os Municípios de São Miguel dos Campos, Porto Real do Colégio, Pilar, Porto Calvo, Olho D'Água das Flores, Monteirópolis, Maribondo, Major Izidoro, Flexeiras, Estrela de Alagoas, Delmiro Gouveia, Colônia Leopoldina, cujas cópias de alguns contratos seguem anexa para fins de comprovação.

Maceió/AL, 08 de maio de 2024

ALDEMAR DE MIRANDA  
MOTTA JÚNIOR: 93934564704

Digitally signed by ALDEMAR DE MIRANDA MOTTA JÚNIOR: 93934564704  
DN: cn=ALDEMAR DE MIRANDA MOTTA JÚNIOR, ou=Secretaria de Receita Federal do  
Brasil, ou=CPFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(EM BRANCO), ou=Presencial, cn=ALDEMAR  
DE MIRANDA MOTTA JÚNIOR: 93934564704  
Reason: I am the author of the document  
Date: 2024.05.08 14:15:18

**MOTTA ADVOCACIA, CONSULTORIA, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM**

Aldemar de Miranda Motta Júnior  
OAB/AL 4.458-A



Av. Comendador Gustavo Paiva, n.º 2789, Sala 40,  
Mangabeiras - Edifício Norcon Empresarial  
CEP: 57037-532 | Maceió/AL

Página 2 | 1

RE 072/99 - OAB/AL

2123.4649

contato@mottaadvocacia.com.br



DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZAÇÃO DE TRABALHO ANÁLOGO AO DE  
ESCRAVO E DE NÃO EMPREGO DE MENORES DE IDADE

RODRIGO DA COSTA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Alagoas, sob o número RE 607-17, bem como no CNPJ sob o nº 29.494.581/0001-47, com sede na AV Dom Antônio Brandão, 333, sala 12, Farol, Maceió – AL, CEP 57.051-901, neste ato representada por seu titular, RODRIGO DA COSTA BARBOSA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/AL 5.997, portador do CPF nº 940.054.274-72, vem, por meio desta, declarar para os devidos fins que:

1. Não utiliza, em nenhuma hipótese, trabalho análogo ao de escravo, em conformidade com o disposto no artigo 149 do Código Penal Brasileiro e demais legislações aplicáveis;
2. Não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não contrata menores de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, conforme o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
3. Compromete-se a respeitar integralmente a legislação trabalhista e os direitos fundamentais dos trabalhadores, mantendo ambiente de trabalho digno, seguro e em conformidade com as normas vigentes.

Declara, ainda, estar ciente de que a veracidade das informações aqui prestadas poderá ser verificada pelos órgãos competentes e que a falsidade desta declaração poderá acarretar as penalidades previstas em lei.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Maceió, 29 de julho de 2025.

RODRIGO DA  
COSTA  
BARBOSA: 94005427  
472

Assinado de forma digital  
por RODRIGO DA COSTA  
BARBOSA: 94005427472  
Data: 2025.07.29  
16:00:04 -03'00'

RODRIGO DA COSTA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

Rodrigo da Costa Barbosa

OAB/AL 5.997





**RODRIGO DA COSTA BARBOSA**

**Inscrição**

5997

**Seccional**

AL

**Subseção**

CONSELHO SECCIONAL - ALAGOAS

ADVOGADO

**Endereço Profissional**

AV. DOM ANTONIO BRANDÃO - ED. WORK CENTER, Nº 333 SALA 212, FAROL

MACEIO - AL

57051901

**Telefone Profissional**

Não informado



**SITUAÇÃO REGULAR**

\*O teor desta consulta do [cna.oab.org.br](http://cna.oab.org.br) efetuada em 08/05/2024 é meramente informativo, não valendo como certidão.

IDENTIDADE - OAB

Rodrigo da Costa Barbosa

YEM FE PUBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 01389833

USO OBRIGATORIO  
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS  
(Art. 13 do Lei nº 4.950/66)

ADMINISTRADOR DE PATRIMONIO

01389833

01389833

01389833

**ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
CONSELHO SECCIONAL DE ALAGOAS  
IDENTIDADE DE ADVOGADO

5997

RODRIGO DA COSTA BARBOSA

JACONIAS NUNES BARBOSA  
MARIA LUCIA DA COSTA BARBOSA

DATA DE NASCIMENTO: 08/08/1974

CPF: 940.054.274-72

RG: 1.424.816 SSP/AL

02 10/11/2023

WAGNER PAES CAVALCANTE FILHO  
PRESIDENTE

OAB/AL 5.997

CPF 940.054.274-72

RG 1.424.816 SSP/AL